

## A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NA SALA DE AULA: REFLEXÕES EM TORNO DO 13 DE MAIO DE 1888 E DO PÓS ABOLIÇÃO

Welisson Bernardi<sup>1</sup>  
Renan Santos Mattos<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Este trabalho corresponde ao esforço de sistematizar a temática da abolição da escravidão no âmbito do ensino de história tendo por referência duas experiências formativas desenvolvidas no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Erechim. A primeira diz respeito à experiência no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o qual fiz parte no período de 2021 e 2022. Nesse contexto, realizou-se uma intervenção na escola com a temática do bicentenário da Independência do Brasil. Assim, a abordagem delineou-se a partir do questionamento: “Independência para quem?”. Já a segunda proposta foi a elaboração de um plano de aula apresentado para a disciplina de História do Brasil II. Elaborou-se o plano de aula com a temática voltada para a abolição da escravidão, colocando o 13 de maio de 1888 no centro das reflexões e questionamentos da prática pedagógica.

A temática é atual e necessária já que, em 2023, no Brasil, vieram à tona vários casos de escravização. Relevante nesse sentido é a notícia de que mais de 200 trabalhadores foram resgatados na cidade de Bento Gonçalves em condições degradantes e trabalhos análogos a escravidão na colheita da uva<sup>3</sup>. É importante destacar que a agenda necropolítica<sup>4</sup> reintroduziu, na dinâmica das relações sociais e culturais, formas de hierarquização e expressões de violências, em que um determinado grupo se sente encorajado e com legitimidade para impor a exploração do trabalho do outro, ou até implementar uma ação que acaba por vilipendiar as condições de subsistência do outro, gerando a morte e exclusão de certos grupos sociais.

Diante desse cenário, a abolição da escravidão, decorrente da assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, e a ideia de que rompeu com a instituição da escravidão permitem evidenciar e debater as lutas empreendidas por homens e mulheres negras por seus direitos diante do racismo existente no Brasil.

### 1 METODOLOGIA

A natureza dessa pesquisa é teórico-empírica, ou seja, é feito tanto o levantamento bibliográfico quanto o relato da experiência e execução da prática pedagógica. Além disso, trata-se de abordagem qualitativa, já que busca compreender

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de História. 8º Fase. Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Erechim. welisson.bernardi11@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador. Prof.<sup>(a)</sup> do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Erechim. renan.mattos@uffs.edu.br

<sup>3</sup> “Trabalhadores resgatados em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber” disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/27/trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-rs-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml> acesso em: 21 de agosto de 2023.

<sup>4</sup> Ver: MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

a complexidade e os detalhes das informações obtidas com fins descritivos e reflexivos sobre os contextos educativos de modo a indicar como a participação do Pibid despertou para a construção de propostas educativas sobre a luta contra o racismo e a compreensão da história de negros e negras no pós-abolição.

Referente ao ensino de História, tem-se como referências básicas as discussões em torno da *Aula Oficina* desenvolvido por Isabel Barca (2004), e sobre o ensino de história a partir das contribuições do livro *Ensino de História: fundamentos e métodos*, de Circe Maria Fernandes Bittencourt (2008). Já sobre as temáticas em torno da escravidão, da abolição e do pós-abolição são utilizados os trabalhos de Angela Alonso (2015); Emília Viotti da Costa (2010) e Walter Fraga (2018). Assim, diante desse cruzamento, reflete-se sobre a formação no curso de história enquanto processo reflexivo, no qual se destaca a importância do Pibid no contexto da licenciatura em história.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Isabel Barca (2004) desenvolve, em seu texto *“Aula oficina: do projecto à avaliação*, algumas possibilidades metodologias para abordagem do professor em sala de aula. Segundo a autora, se o professor estiver empenhado em participar de uma educação para o desenvolvimento, ele terá de assumir-se como investigador social aprender a interpretar o mundo conceitual dos seus alunos, não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceitualização dos alunos. Aqui o aluno é visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação. (BARCA, 2004, p. 133). As crianças e jovens, a partir da aula-oficina, seriam o agente de sua formação com ideias prévias e experiências diversas. E, o professor, um investigador social e organizador de atividades problematizadoras, utilizando os mais diversificados recursos e linguagens com o objetivo de desenvolver o pensamento histórico. Desse modo, conforme Barca (2004), a aula-oficina organiza-se em três etapas: I – Interpretação das fontes – que consiste em citar fontes históricas diversas – com suportes diversos; mensagens diversas; cruzar as fontes com critérios de objetividade metodológica, para confirmação ou refutação de hipóteses descritivas e explicativas. II – Compreensão contextualizada – entender situações humanas e sociais em diferentes tempos e espaços; relacionar sentidos do passado com o presente; projeção do futuro; levantar novas hipóteses a investigar. III – Comunicação – exprimir a sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade, utilizando a diversidade dos meios de comunicação atualmente disponíveis. (BARCA, 2004, p. 135).

Circe Bittencourt (2008) dialoga com a argumentação de Isabel Barca quando escreve sobre as representações históricas como instrumento de avaliação e diagnóstico da aprendizagem histórica, onde permite repensar o conteúdo escolar e identificar o que “os alunos já sabem” de maneira positiva e útil. Ao destacar o que o aluno percebe do objeto a ser estudado, o professor trata-o como um sujeito da aprendizagem, dando validade ao seu conhecimento ao mesmo tempo em que destaca falhas e lacunas. O papel do professor seria, de certa forma, completar o que está faltando, com novas informações e dados conceituais. (BITTENCOURT, 2008, p. 241-242).

A escravidão contemporânea, já citada na introdução, é uma temática sensível (PEREIRA; SEFFNER, 2018) e presente no noticiário e redes sociais no Brasil, o que

remete a proposta do passado vivo “que continua a fluir ao mesmo tempo que o presente, e a ideia de que sua aprendizagem se dá na forma de uma experiência” (PEREIRA: SEFFNER, 2018, p. 24-25). Os alunos possivelmente viram tais notícias e trariam algumas contribuições para o entendimento de todo um processo que começa lá atrás e que se arrasta até a contemporaneidade. A aula começa a se estruturar das noções de liberdade na construção do Brasil enquanto nação.

Nesse quesito, o primeiro recurso didático sugerido é uma música. O uso da música no ensino de História é importante para situar os jovens diante de um meio de comunicação próximo de sua vivência. As possibilidades de uso são mais amplas do que apenas uma leitura do texto, que sim, tem relevância, pois aborda setores populares e está relacionada a determinado contexto histórico. (BITTENCOURT, 2008, p. 382). A música escolhida foi *A mão da limpeza*, que compõe o álbum *Raça Humana*, de 1984, do cantor e compositor Gilberto Gil. A canção retrata aspectos marcantes da sociedade brasileira ao longo dos anos posteriores a abolição da escravidão, onde o negro sofre com o estigma de ser a “mão da limpeza”. O negro, na verdade, foi quem sempre limpou a sujeira do branco. Durante os anos de escravidão sustentou e construiu este país a partir da exploração de homens negros e mulheres negras. O discurso da música problematiza a abolição da escravidão, tendo por referência a exclusão e negação de direitos à população negra. Nas palavras de Gilberto Gil, os negros são empenhados maciçamente em funções de limpeza e são acusados de sujeiras, sendo que sempre penaram e limpavam a sujeira do branco. A partir dessa música, podem ser elaboradas algumas questões para discussão em sala de aula. Juntamente com os alunos, questiona-se o papel do negro no pós-abolição, o racismo e o preconceito que seguem enraizados na sociedade. Outros pontos podem ser explorados como os quartos de empregadas, um cubículo de 2x2, espécie de senzala moderna<sup>5</sup>, notícias de trabalhos análogos a escravidão que vieram à tona recentemente<sup>6</sup>, como o caso das vinícolas da serra gaúcha.

A segunda fonte utilizada são trechos tanto da historiografia quanto da escrita jornalística com o intuito de promover o debate sobre as interpretações sobre a abolição. Como ponto de partida, Angela Alonso (2015) explicita a escravidão no Brasil como basilar da sociedade. Segundo a autora, a escravidão era a pedra angular da economia, de partidos e da sociedade aristocrática brasileira. Ao longo de cerca de três séculos, sendo assim, 5 848 265 aportaram em terras brasileiras, dos quais cerca de 500 mil deles no Segundo Reinado.

Segundo Alonso (2015), proprietários de terras, profissionais liberais, o imperador, o grosso dos brasileiros, e até libertos tinham possibilidade de comprar cativos. Empregavam-se em negócios e ofícios, no mundo privado e no público, no comércio e no Estado, nas ruas e nas casas. Embora sustentáculo da expansão agrícola, a escravidão não era só negócio de fazendeiro, a escravidão estruturou a hierarquia social e o estilo de vida dominante na cultura política brasileira. Esse pensamento alicerçava o sistema político, pois os eleitos e eleitores eram majoritariamente de proprietários de escravos. “A escravidão estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade

<sup>5</sup> Ver: “Preta Rara: ‘A senzala moderna é o quartinho da empregada’” Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/08/preta-rara-a-senzala-moderna-e-o-quartinho-da-empregada> Acesso em: 15 de julho de 2023.

<sup>6</sup> Ver matéria do G1: “Trabalhadores resgatados em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber” Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/27/trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-rs-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml> Acesso em: 15 de julho de 2023.

imperial. A nação toda era escravagista, o que retardou a conversão do tema em problema na agenda pública.” (ALONSO, 2015, p. 28-29).

A abolição da escravidão só viria em 1888, com a assinatura da Lei Áurea. O 13 de maio de 1888, foi uma data importante, e, é de certa forma um elemento central dessa discussão. Após isso, o debate sobre a escravidão como base da sociedade brasileira, indicou-se a crônica de Machado de Assis, publicada em *A Semana*, no jornal *Gazeta de Notícias*, em 14 de maio de 1893, cinco anos após a abolição da escravidão. O texto literário aparece como um registro da época “cujos autores pertencem a determinado contexto histórico e são portadores de uma cultura exposta em suas criações, seguidores de determinada corrente artística e representantes de seu tempo”. (BITTENCOURT, 2008, p. 342). Machado de Assis, assim escreve:

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto. (ASSIS, 2015, p. 918).

Em relação ao treze de maio, Emília Viotti da Costa (2010) argumenta que a abolição não correspondeu nem aos receios dos escravos, nem às expectativas dos abolicionistas. Não foi catástrofe nem redenção, foi apenas um primeiro passo em direção à emancipação do povo brasileiro. O arbítrio, a ignorância, a violência, a miséria, os preconceitos que a sociedade escravista criou ainda pesam sobre nós. Se é justo comemorar o Treze de Maio, é preciso, no entanto, que a comemoração não nos ofusque a ponto de transformarmos a liberdade que simboliza em um mito a serviço da opressão e da exploração do trabalho. (COSTA, 2010, p. 131). Já Walter Fraga (2018) coloca que os libertos tiveram que se esforçar para efetivar sua condição de liberdade num contexto de repressão que atingia não apenas os “treze de maio”, mas toda a população negra. Nos anos iniciais do Brasil republicano, recrudescer o controle sobre os candomblés, batuques, sambas, capoeiras e qualquer outra forma de manifestação identificada genericamente como “africanismo”. Esse antiafricanismo teve implicações dramáticas para as populações negras, pois reforçou as barreiras raciais que dificultavam o acesso a melhores condições de vida e a ampliação dos direitos de cidadania. (FRAGA, 2018, p. 356-357).

Como dito acima, as atividades consistem em apresentar para os alunos esses documentos: música; trechos de bibliografia e literatura e a partir desses trechos, juntamente com os alunos, problematizar: o 13 de maio deve ser comemorado? Ainda, é possível estabelecer pesquisas sobre o mundo do trabalho no pós abolição e as dificuldades enfrentadas. A contextualização a partir de diferentes documentos e abordagens nos permite entender relações sociais, já que relacionar a escravidão como um tema sensível aproxima tanto a luta por direitos de homens e mulheres negras no passado e no presente.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A intervenção na escola sobre o Bicentenário da Independência, em que foi feito um exercício de expansão da própria temática, onde eu questionei “Independência para quem?”, abordei a temática da escravidão com maior ênfase. O Brasil como o último país da América a abolir a escravidão, o processo de abolição foi tratado com a apresentação de alguns abolicionistas, como Joaquim Nabuco, André

Rebouças, José do Patrocínio. Os alunos fizeram questionamentos sobre o que representava de fato a abolição, sendo que posteriormente ex-escravos não tiveram espaço no mercado de trabalho e foram jogados a própria sorte. Outro questionamento levantado foi sobre o papel da Princesa Isabel na assinatura da Lei Áurea. A mais importante das questões levantadas, foi sobre o papel dos próprios escravos na abolição. Qual importância tiveram e como foram essas lutas e resistências. Sendo assim, pautamos que a noção de liberdade enquanto uma questão sensível do ensino de história, no qual a luta dos escravizados pela abolição e a luta contra o racismo como indicadores da ampliação de direitos na sociedade brasileira. Logo, mobilizar o debate a partir de diferentes textos norteiam a proposta de desenvolvimento do pensamento crítico e histórico de jovens e crianças, e, reafirmam o contato com os contextos escolares para a construção de práticas pedagógicas em acordo com as perguntas e questionamentos dos estudantes. Como a intervenção na escola foi em apenas um período de aula, é difícil propor que os alunos produzam algum material. O que focamos foi na discussão em sala de aula, colocando os estudantes como agentes críticos e questionadores das temáticas, como Isabel Barca destaca. Construindo juntos o conhecimento na interpretação dos materiais sugeridos e apresentados.

## CONCLUSÃO

Este trabalho buscou relacionar as experiências do PIBID, um programa muito necessário, pois coloca o estudante logo cedo no ambiente escolar, com uma disciplina regular do curso de licenciatura em História. Na tentativa de integrar as práticas do ensino de História com a História em si, bibliografias, documentos, fontes, elementos que fazem parte de uma obra historiográfica.

A escravidão e a temática da abolição estão constantemente postas no debate público e acadêmico. Como tudo na história, é também um campo de disputas. Trabalhos análogos a escravidão é mais comum do que se imagina, e recentemente vem sendo desvelado muito disso. Este trabalho trata de um tema sensível e gera muitas discussões, como por exemplo, sobre as ações afirmativas e políticas de cotas nas universidades. O racismo estrutural da sociedade brasileira e o preconceito estão enraizados e precisam ser encarados como postura ética para seu enfrentamento. Desse modo, a educação aparece como um caminho para conscientização e enfrentamento das formas de violência e opressão.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- ASSIS, Machado de. **A Semana**. In: Machado de Assis: obra completa em quatro volumes, volume 4. Organização editorial Aluísio Leite. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015.
- BARCA, Isabel. **Aula Oficina**: do Projeto à Avaliação. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FRAGA, Walter. Pós-abolição; O dia seguinte. In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

PEREIRA, N. M.; SEFFNER, F. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 14–33, 2018. DOI: 10.20949/rhhj.v7i13.427. Disponível em:

<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427>. Acesso em: 18 out. 2023.